

SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: A RESPONSABILIDADE DA CONTABILIDADE

CLEBER DO CARMO ANTUNES*

Meio ambiente e contabilidade, durante um longo período de tempo, sempre foram tratadas com descaso. Ambas, foram vistas tão somente como gastos desnecessários ou, quando muito, cumprimento de meras obrigações, todas decorrentes de imposição legal.

Entretanto, a história do planeta está repleta de “verdades” que, ao longo do tempo, se modificaram. Assim aconteceu no século XVI com a concepção dos povos antigos que acreditavam que o mundo havia sido criado por Deus tal qual é hoje. (tal concepção foi transferida para o sol).

Portanto, nosso trabalho foi elaborado com o objetivo de sustentar que episódios como o derramamento de 1,292 milhões de litros de óleo na Baía de Guanabara, provocado pela Petrobrás – o segundo maior desastre da história, o primeiro ocorreu no ano de 1975, quando o navio Tarik derramou 6 milhões de litros de óleo na mesma baía – mesmo que impossível de ser previsto, a contabilidade da estatal deveria, no mínimo, apresentar em suas Demonstrações Contábeis, a destinação compulsória de parte de seus lucros para aplicação imediata quando da ocorrência desses desastres ambientais e finalmente discutir, como sabiamente escreveu o professor e Contador Nelson Carvalho (1991), que “a contabilidade ao afastar-se em definitivo da arcaica visão de escrituradores e fiscalista”, “torna-se um instrumento capaz de permitir que repensemos as bases de nossa ideologia desenvolvimentista, que redefinamos progresso, progresso não somente como aumento constante do fluxo de materiais e dinheiro, mas progresso como aumento da soma da felicidade humana e manutenção da integridade, harmonia e sustentabilidade do grande Caudal da Vida”. José Lutzenberg, (1991).

A QUESTÃO AMBIENTAL

“É cada vez maior o número de pessoas que se interessa pela Ecologia e sente que ela traz algo de novo e importante. Seu impacto na cultura humana, nas diversas áreas da ciência, nas discussões políticas e no comportamento de vários grupos sociais é cada vez mais perceptível. Através da Ecologia, por exemplo, muitas pessoas estão sendo levadas a questionar o seu trabalho, o seu consumo, o seu lazer, a sua saúde, os seus relacionamentos e a sua visão do mundo. Através da Ecologia muitos mitos bem estabelecidos da ciência, da tecnologia, da política e da vida social estão sendo postos em cheque, e novos caminhos estão sendo abertos. Através da Ecologia, por fim, valores filosóficos e unidade da vida e integração homem/natureza, presentes em várias culturas tradicionais da humanidade, estão renascendo numa linguagem prática e acessível para o homem moderno.” (LAGO, Antônio. O que é Ecologia. Brasiliense, São Paulo: 1998).

O planeta terra, de forma lenta e gradual, silenciosamente, durante séculos e mais séculos, modificou-se. Modificou-se tendo em vista que o homem, no afã de rapidamente promover o seu desenvolvimento econômico, sem nenhuma preocupação com a preservação do meio ambiente e sem o mínimo de controle, voltado única e exclusivamente para os ganhos monetários, substituiu, desordenadamente e quase sem nenhum critério, tudo aquilo que a natureza nos concedeu, generosa e abundantemente, por bens artificiais.

Durante décadas a preocupação dos povos com as questões ecológicas sempre estiveram relacionadas ao campo da retórica, sem nenhum sentido prático. Na verdade as ques-



tões ambientais passaram a ser preocupação mais efetiva da sociedade civil quando pela primeira vez o homem sentiu o poder da destruição de si e do planeta, ao explodir sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki (1945) a primeira bomba atômica, dando início, segundo Woster (1992) a idade ecológica. A partir daí, inúmeras outras manifestações surgiram a favor do meio ambiente, culminando na década de 60 (sessenta) com a demonstração clara de repúdio da população norte americana pela guerra do Vietnã, quando, por inúmeras vezes, o exército americano lançava bombas de nappal, cujo efeito era avassalador, pois destruía por completo, toda e qualquer vegetação.

Foi a partir desse momento histórico que várias instituições como a igreja e fundações, se uniram à sociedade civil e passaram a promover boicotes de produtos de origem duvidosa cuja fabricação utilizava o

meio ambiente natural sem nenhuma preocupação de preservação, denunciando para todo o mundo o uso de armamentos pesados que dizimavam inocentes e afetavam negativamente o meio ambiente, colocando em sério risco a sobrevivência do homem no planeta.

AS EMPRESAS E O MEIO AMBIENTE

"A preocupação com o meio ambiente vem alterando profundamente o estilo de administrar. As metas de produção e vendas, as empresas estão incorporando procedimentos para redução de emissão de afluentes, reciclagem de materiais, atendimento a situações de emergência e até mesmo análises do ciclo de vida dos produtos e de seu impacto sobre a natureza." (Empresa & Ambiente - Encarte Especial. Revista Exame. 2000)

As empresas que até aquele momento mantinham-se voltadas única e exclusivamente para a sua "lucratividade", descobriram que, doravante, além de preocupar-se com a eficiência e a eficácia dos seus sistemas de produção, precisavam, a partir dessa nova consciência mundial, preocupar-se com a questão ambiental.

Descobriram que os investimentos relacionados à preservação do meio ambiente, com o intuito de promover um desenvolvimento sustentável, ao contrário do que imaginavam, não representavam sinônimo de despesas e, conseqüentemente, mais gastos a serem feitos, mas sim sua permanência no mercado.

CONTABILIDADE

"A contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos do cálculo, da estatística e do registro, aplicado à administração do patrimônio; às mutações da distribuição e consumo." - grafia original - (SOBRINHO, Machado. Tratado Universal de Comércio e Contabilidade. Typographia JF, Juiz de Fora: 1922).

"Para que se compreenda a Contabilidade, pois, como ramo importante do saber humano que é, necessário se faz remontar as suas profundas origens. Assim, antes que

o homem soubesse escrever e antes que soubesse calcular, criou ele a mais primitiva forma de inscrição, que foi a artística, da qual se valeu para, também, evidenciar seus feitos e o que havia conseguido para o seu uso. Portanto, a história da arte e da matemática, da escrita e da contabilidade, possuem, pontos de estudos em comum.

Há mais de 20.000 anos, no Paleolítico Superior, quando ainda era primitiva a civilização, mas já havia a indústria de instrumentos, como forma de uso de uma inteligência já desenvolvida, surgiram as observações do homem em relação a suas provisões que eram sua riqueza patrimonial. Essa observação empírica produziu, também, a idéia originária de coisa que se pode dispor para obter-se utilidade, como meio apto para suprir necessidades, ou seja o patrimônio. Assim, referências bibliográficas sobre a matéria contábil encontram-se desde a antiguidade da Grécia e de Roma, nos livros específicos, difundindo o conhecimento da Contabilidade, admite-se tenha surgido somente a partir do século XI." (SÁ, Lopes. Teoria da Contabilidade. Atlas, São Paulo: 1998).

Na verdade, de conformidade com o pensamento dos mais diversos historiadores da matéria contábil, a ciência da contabilidade é tão antiga quanto as questões ambientais. Durante todo esse tempo, tanto o pensamento ecológico quanto a contabilidade sofreram inúmeras modificações e, como conseqüência, grandes "verdades" foram modificadas.

Portanto, em nossa opinião, não fica difícil constatar que o profissional contábil precisa repensar a sua função. Precisa, com urgência, retirar a contabilidade do ostracismo que se encontra e repensar, sem perder de vista que a ciência contábil, sob pena de cometermos um dos maiores equívocos da história, não pode ser tratada meramente como simples demonstrativos financeiros ou peças decorativas em jornais que visem atender simplesmente aos capitalistas da sociedade cujo objetivo maior seja a mensuração do lucro.

Não é possível, si quer imaginarmos, em que pese toda a sua importância, que a função primordial da contabilidade não seja também

aquela voltada para registrar e demonstrar, além dos aspectos financeiros, outras obrigações das empresas para com a sociedade, dentre elas a questão ambiental.

A CONTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE (CONTABILIDADE AMBIENTAL)

"Urge o desenvolvimento de pesquisas na área da Contabilidade Social, pois esta especialização da Ciência Contábil surge com o propósito de contribuir, efetivamente, para a prosperidade das entidades e das nações, transformando o sistema de informações contábeis em um conjunto mais amplo, mediante o qual se apresentam não somente demonstrações financeiro-econômicas, mas também aquelas de caráter social e ambiental, imprescindíveis para a análise, o controle, a avaliação e a tomada de decisão das e nas entidades, no contexto mundial globalizado e de constante mutação." (KROETZ, Cesar Eduardo. Contabilidade Social. RBC nº 120, 1999)

Inicialmente é de fundamental importância ressaltar que a "contabilidade ambiental" ou a "contabilidade do meio ambiente", não tem como objetivo o registro, o controle e a apresentação do "Balanço", única e exclusivamente como uma outra forma distinta de demonstrar as transações que possam causar ou vir a causar qualquer modificação na posição econômico-financeira da pessoa jurídica, mesmo porque, se assim fosse, bastaria que invocássemos os Princípios Fundamentais de Contabilidade, transcritos na Resolução do Conselho Federal de Contabilidade de nº 750, de 29 (vinte e nove) de dezembro do ano de 1993, de adoção obrigatória no exercício da profissão.

Assim, cumpre-nos alertar para o fato de que conceitos contábeis de importância fundamental para a contabilidade financeira, tais como:

"A função principal da contabilidade é a mensuração do lucro e o reporte da posição patrimonial" (JUDICIBUS, Sérgio. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. Atlas, São Paulo: 1996); apesar de suas indiscutível e inegável importância, não é relevante no presente trabalho.



CONCEITOS

A *Contabilidade Ambiental*, (FIG. 2), proposta tem por objetivo registrar e controlar, toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como, toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, devendo ser registrada contabilmente em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução 750/93 do CFC.

Custos Ambientais (FIG. 4) representam todo empenho, todo o esforço direta ou indiretamente vinculado a qualquer gasto, independentemente de desembolso, relativo a bens e/ou serviços que visem, única e exclusivamente a preservação do meio ambiente.

Ativos Ambientais (FIG. 6), representam os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; os investimentos em máquinas, equipamentos, instalações, etc, adquiridos e/ou produzidos com intenção de amenizar os impactos causados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas visando o desenvolvimento de tecnologias modernas, de médio e longos prazos, desde que constituam benefícios ou ações que irão refletir nos exercícios seguintes.

Passivo Ambiental (FIG. 8), representa toda e qualquer obrigação de curto e longos prazos, destinados única e exclusivamente a promover

investimentos em prol de ações relacionadas a extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente, inclusive percentual do lucro do exercício, com destinação compulsória, direcionado a investimentos na área ambiental.

Balanço Ambiental (FIG. 10) tem por principal objetivo tornar público, para fins de avaliação de desempenho toda e quaisquer atitudes das entidades, com ou sem finalidade lucrativa, mensuráveis em moeda, que a qualquer tempo possam influenciar ou vir a influenciar o meio ambiente, assegurando que custos, ativos e passivos ambientais, sejam reconhecidos a partir do momento de sua identificação, em consonância com os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

REGISTROS CONTÁBEIS AMBIENTAIS

Toda e qualquer atividade, desenvolvida ou em desenvolvimento, ocorrida ou a incorrer, não importando se em maior ou menor relevância, desde que, mensurável em moeda, que cause ou possa vir a causar qualquer tipo de dano ao meio ambiente, bem como, toda e qualquer ação destinada a amenizar e/ou extinguir tais danos, serão registradas em contas contábeis específicas, na data de sua ocorrência, em consonância com o disposto nos Princípios Fundamentais de Contabilidade – Resolução 750/93 do CFC, mediante adoção dos seguintes procedimentos:

a) – Os custos ambientais serão reconhecidos, independentemente de desembolso, (Princípio Contábil da Competência) e imediatamente incorporados ao bem e/ou serviço que

visar única e exclusivamente a preservação do meio ambiente, no momento de sua ocorrência, sendo que sua classificação contábil se dará no ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, desde que tais custos e/ou serviços, aumentem a vida útil do bem incorporador por prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco dias).

OBS: – Os valores relacionados a bens e/ou serviços que aumentem o prazo de vida útil do bem incorporador inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, também serão registrados, para fins de demonstração do balanço ambiental, diretamente no ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, devendo entretanto esses valores, serão excluídos da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, levantados com base no Lucro Real das pessoa jurídica (FIG. 11).

O valor apurado referente a depreciação ou a amortização incidente sobre os custos e/ou serviços, incorporados ao ativo permanente imobilizado ambiental ou ativo permanente diferido ambiental, que não resultem no aumento do prazo de vida útil do bem incorporador superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, para fins de apuração e pagamento do imposto de renda e da contribuição social apurados com base no lucro real, deverão ser adicionados a base de cálculo dos tributos quando da escrituração do Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR. (FIG. 11)

b) – Os ativos ambientais, todos decorrentes de investimentos na área do meio ambiente deverão ser classificados em títulos contábeis específicos, identificando, de forma adequada os estoques ambientais, o ativo permanente imobilizado ambiental e o diferido ambiental.

OBS: – Os bens cuja classificação se der no ativo permanente imobilizado ambiental e ativo permanente diferido ambiental, exceto aqueles de vida útil inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, cujos valores serão excluídos quando da apuração do Lucro Real, estão sujeitos à depreciação/amortização. “As taxas de depreciação serão fixa-

das em função do prazo o qual se possa esperar a utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção de seus rendimentos." (HIGUCHI, Hiromi, *Imposto de Renda das Empresas*. São Paulo: Atlas, 1999)

c) – Os passivos ambientais, todos relacionados à financiamentos específicos, contingências vinculadas ao meio ambiente, desde que claramente definidas, deverão ser classificados no passivo circulante ou realizável a longo prazo, em contas contábeis específicas.

OBS: – Ressaltamos que as reservas constituídas, compulsoriamente, com base no lucro líquido apurado no exercício social da empresa, destinadas única e exclusivamente para aplicação em investimentos destinados a promover a recuperação e/ou manutenção do meio ambiente, serão registradas em conta distinta e classificadas, para fins de demonstração no Balanço Patrimonial no patrimônio líquido da empresa.

NOTAS EXPLICATIVAS AMBIENTAIS

As notas explicativas ambientais deverão ser destacadas das demais notas e conter as informações sobre critérios adotados com relação: a) – avaliação dos estoques ambientais; b) – formas de avaliação e depreciação, inclusive taxas utilizadas no exercício; c) – avaliação do ativo diferido, destacando as bases utilizadas pela empresa para ativar os gastos ambientais; d) – dívidas relacionadas ao meio ambiente, informando inclusive o critério contábil de apropriação e e) – valor do lucro do exercício destinado à sua utilização no meio ambiente.

Assim, ciente da importância que representa a Ciência Contábil e, conseqüentemente as Demonstrações Contábeis, não somente para os capitalistas da sociedade, mas também para toda uma comunidade, estamos propondo que o Balanço Patrimonial, inclusive as Notas Explicativas das empresas, independentemente de serem elas públicas ou privadas, devem ser publicados, doravante com destaque para as questões ambientais, cujo modelo proposto, transcrevemos a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

CIRCULANTE

Circulante Financeiro
Caixa e Bancos
Clientes
Estoques
Circulante Ambiental
Estoques

REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Longo Prazo Financeiro
Títulos a Receber
Longo Prazo Ambiental
Estoques

PERMANENTE

Permanente Financeiro
Investimentos Financeiros
Ações de outras cias
Imobilizado Financeiro
Máquinas e Equipamentos
Veículos e Acessórios
(-) Depreciação Acumulada

Diferido Financeiro
Despesas de Exercícios Seguintes
Permanente Ambiental
Imobilizado Ambiental
Máquinas e Equipamentos
Instalações
(-) Depreciação Acumulada
Diferido Ambiental
Despesas de Exercícios Seguintes

PASSIVO

CIRCULANTE

Circulante Financeiro
Fornecedores
Títulos a Pagar
Circulante Ambiental
Fornecedores
Financiamentos

EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

Longo Prazo Financeiro
Financiamentos
Longo Prazo Ambiental
Financiamentos

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Patrimônio Líquido Financeiro
Capital Social
Reservas de Capital
Reservas de Lucros
Lucros (Prejuízos) Acumulados
Patrimônio Líquido Ambiental
Reservas p/ Preservação do Meio Ambiente

(*) - CONTADOR, CRCMG nº 35.273, ATIVO INDEPENDENTE, PROFESSOR DE AUDITORIA, CONTABILIDADE AMBIENTAL E HISTÓRIA DO PENSAMENTO CONTÁBIL NA UNIPAC - UNIVERSIDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS EM JUZ. DE FORA, MG. MESTRANDO EM EDUCAÇÃO E DOUTORANDO EM CIÊNCIAS EMPRESARIAIS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. *Auditoria*. Atlas, São Paulo: 1996.
BARBHERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Vozes, Petrópolis: 1998.
BERNA, Vilmar. *Ecologia para Leis, Práticas e Agis*. Paulus, São Paulo: 1994.
BRANCO, Samuel Margel. *Natureza e Agroquímicos*. Moderna, São Paulo: 1993.
CAPUANO, Francisco. *Do Nicho ao Livro*. Atlas, São Paulo: 1998.
DEE, Brown. *Entremem Meu Coração Na Curva do Rio*. Aurora, São Paulo: 1995.
DONAIRE, Denis. *Gestão Ambiental na Empresa*. Atlas, São Paulo: 1999.
FEA, Equipe de Professores. *Contabilidade Intermediária*. Atlas, São Paulo: 1981.
GUTIERREZ, Francisco. *Espedagogia e Cálculo*. Pannária, Curitiba, São Paulo: 1999.
HENDRIKSEN, Eldon. *Teoria da Contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1999.
HIGUCHI, Hiromi. *Imposto de Renda das Empresas*. Atlas, São Paulo: 1999.

- ILDÍCIUS, Sérgio. *Teoria da Contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1993.
ILDÍCIUS, Sérgio. *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*. Atlas, São Paulo: 1995.
LAGO, Antônio. *O que é Ecologia*. Brasiliense, São Paulo: 1988.
LUTZENBERGER, José. *Gua o Planeta Vivo*. LPM, São Paulo: 1991.
MARCONDES, Maria Elisa. *Sociedades Sostentáveis*. Scipione, São Paulo: 1994.
MARION, José Carlos. *Contabilidade Comercial*. Atlas, São Paulo: 1990.
MARTENS, Elsen. *Contabilidade de Custos*. Atlas, São Paulo: 1996.
MOURA, Ril. *Demonstrações Financeiras Complementares*. CNI, São Paulo: 1990.
PEGORARO, Otilio. *Ética e Justiça*. Vozes, Petrópolis: 1999.
PIERRE, Alphandéry. *O Equívoco Ecológico*. Brasiliense, São Paulo: 1999.
SÁ, Antônio Lopes. *Técnicas Contábeis*. Atlas, São Paulo: 1998.
SÁ, Antônio Lopes. *Dicionário de Contabilidade*. Atlas, São Paulo: 1997.
SOBRINHO, Machado. *Tratado Universal de Comércio e Contabilidade*. JFora, Juiz de Fora: 1922.
ORRÚ, Mussolini. *Contabilidade Geral*. Atlas, São Paulo: 1996.
VEIGA, José EB. *Ciência Ambiental*. Fapesp, São Paulo: 1998.